

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA – DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2020

Processo: 23475.0006311/2020-08

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Fornecedor: Cooperativa de Prod. Agroindustrial familiar de Zaborá
CNPJ: 05.813.465/0001-85.

1º CREDENCIAMENTO

PREENCHER CARTA DE CREDENCIAMENTO

- Necessário a Carteira de Identidade e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a dispensa de licitação.
- Considera-se como representante do proponente qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.
- Os documentos exigidos nesta dispensa de licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- Poderão ser autenticadas as cópias pela administração antes do horário marcado para abertura da sessão pública ou no momento da abertura dos envelopes, mediante apresentação da original.

ENVELOPES

- Cada participante deverá apresentar **1 envelope** contendo os documentos de **habilitação** e **1 envelope com Projeto de Venda**.
- O envelope poderá ser entregue à Comissão por qualquer pessoa, desde que apresente seu documento de identidade, para a qual será emitido o respectivo **recibo**.
- O conjunto de documentos deverá ser entregue em envelopes fechados e lacrados, identificado com o nome do participante e contendo em suas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

IFC CAMPUS LUZERNA

CHAMADA PÚBLICA nº 06/2020

FORNECEDOR <Fornecedor Individual: Nome e CPF; Grupo Informal: nome de um dos agricultores e CPF; Grupo Formal: Nome do grupo e CNPJ>

ENVELOPE 2: PROJETO DE VENDA

CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2020 - IFC CAMPUS LUZERNA

FORNECEDOR <Fornecedor Individual: Nome e CPF; Grupo Informal: nome de um dos agricultores e CPF; Grupo Formal: Nome do grupo e CNPJ>

ABERTURA DOS ENVELOPES

- Após assinatura nos envelopes pelos membros da Comissão e pelos proponentes, proceder-se-á a abertura desses, quando então a documentação de habilitação será analisada, conforme item próprio do edital.
- As documentações dos envelopes também deverão ser rubricadas pelos membros da Comissão e pelos proponentes e representantes presentes.

c) Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os interessados.

d) Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e proponentes presentes.

ENVELOPE 1 **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

a) Cada documento deverá ser apresentado em uma via, podendo ser o original, cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, no momento da abertura dos envelopes, mediante apresentação da original.

Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:	SIM	NÃO
Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;		
Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;		
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante, conforme anexo II do Edital;		
Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;		
Declaração de Origem do Produto; Anexo III		

Grupos Informais de Agricultores Familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:	SIM	NÃO
Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;		
Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;		
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes, conforme anexo II do Edital;		
Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;		
Declaração de Origem do Produto; Anexo III		

Grupos Formais detentores de DAP Jurídica	SIM	NÃO
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ;	X	
Extrato da DAP jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;	X	
Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Dívida com a <u>União</u> e Receita Federal), Estadual e Municipal, de acordo com o disposto no inciso III, do art. 29, da Lei nº 8.666/93, dentro do prazo de validade;	OX	
Certidão de Regularidade do <u>FGTS</u> , expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a", do art. 27, da Lei nº 8.036/1990, devidamente atualizado;	X	
Certidão Negativa de Débito – CND ou Positiva com Efeito de Negativa relativa às contribuições sociais, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Lei nº 8.212/1991), devidamente atualizada	X	
Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão	X	

competente;		
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme anexo II do edital;	X	
Declaração de Origem do Produto; Anexo III	X	
Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; Anexo IV	X	
A prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.		
Não será considerado inabilitado o grupo formal que deixar de apresentar no envelope a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, desde que a Comissão logre êxito em comprovar tais regularidades por meio de consulta on line na Internet, procedimento a ser realizado, se necessário, logo após a abertura do(s) envelope(s).		
Além dos documentos solicitados, quando se tratar de produtos de origem animal e ou vegetal , deverão ser incluídos neste envelope os seguintes documentos:		
a) Documento que comprove o Serviço de Inspeção Sanitária , podendo ser Municipal, Estadual ou Federal de acordo com cada produto.		

Os participantes deverão apresentar a consulta dos seguintes cadastros:

Banco de Dados	Disponível em
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) OK	< http://www.receita.fazenda.gov.br >
Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) OK	< http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam >
Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU) OK	< http://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5 >
Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) OK	< https://www3.comprasnet.gov.br/SICAFWeb/public/pages/security/loginUasg.jsf >
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) OK.	< http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php >
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc

**** Preencher Termo de Renúncia, quando for o caso.**

[Handwritten signatures]

ENVELOPE 2
PROJETO DE VENDA

a) O Projeto de Venda deverá estar em conformidade com esta chamada pública e ser entregue, conforme Anexo II deste edital, de forma legível em uma via, sem emendas ou rasuras, contendo preço(s) unitário(s) e total(is) propostos em moeda corrente do país, identificado com o nome do participante.

	SIM	NÃO
Identificação do número da chamada pública;	X	
Nome do Agricultor individual;	_____	_____
Nome dos proponentes dos grupos formais e/ou informais;	X	
Nome da entidade articuladora do grupo informal, quando for o caso;	_____	_____
Relação de fornecedores e produtos (produto, unidade, quantidade, preço e valor total);	X	
Descrição dos mecanismos de acompanhamento das entregas dos produtos;	X	
Característica do fornecedor proponente e assinatura.	X	

RESULTADO

a) A Comissão de Avaliação divulgará o resultado do processo em até quarenta e oito horas após a conclusão de todos os trabalhos desta chamada pública.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.813.465/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/07/2003
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORA COPERJABORA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COPERJABORA	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.99-6-99 - Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 10.31-7-00 - Fabricação de conservas de frutas 10.32-5-99 - Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito 10.52-0-00 - Fabricação de laticínios 03.22-1-01 - Criação de peixes em água doce 10.20-1-02 - Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos 10.94-5-00 - Fabricação de massas alimentícias 10.99-6-05 - Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.) 11.11-9-01 - Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto 10.12-1-03 - Frigorífico - abate de suínos 01.32-6-00 - Cultivo de uva 10.64-3-00 - Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho 10.91-1-02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria 01.55-5-05 - Produção de ovos 10.33-3-01 - Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes 11.12-7-00 - Fabricação de vinho 01.21-1-01 - Horticultura, exceto morango 01.33-4-04 - Cultivo de cítricos, exceto laranja 01.33-4-99 - Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 214-3 - Cooperativa
--

LOGRADOURO ROD SC 355	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 145 9
--------------------------	---------------	-------------------------

CEP 89.677-000	BAIRRO/DISTRITO INTERIOR	MUNICÍPIO JABORA	UF SC
-------------------	-----------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO COOPERJABORA.QUESTOSI@GMAIL.COM	TELEFONE (49) 3526-1042
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/07/2003
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/07/2020 às 09:33:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORA
COPERJABORA

CNPJ: 05.813.465/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:39:23 do dia 16/07/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/01/2021.

Código de controle da certidão: **02E0.3C84.5497.BFC9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORA COPERJABORA**
CNPJ/CPF: **05.813.465/0001-85**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	200140084014884
Data de emissão:	16/07/2020 09:41:39
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	<u>14/09/2020</u>

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 16/07/2020 09:41:39



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORA CNPJ: 05813465000185

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWV6M0KHX6CSHOA1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<http://www.jabora.sc.gov.br>

Jaborá (SC), 16 de Julho de 2020

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.813.465/0001-85

Razão Social: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONS AGROINDUSTRIAL JABORA

Endereço: ROD ROD SC 463 KM 14 / INTERIOR / JABORA / SC / 89677-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/07/2020 a 30/07/2020

Certificação Número: 2020070103411424137424

Informação obtida em 16/07/2020 09:38:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Extrato de DAP Pessoa Jurídica

Chave do extrato: 1898733

Emitido em 16/07/2020 às 09:34:15

Validade(*): 26/06/2022

DAP: SDW0581346500012606200254 Versão DAP: 3.2 Emissão: 26/06/2020

Informações da Pessoa Jurídica

CNPJ: 05.813.465/0001-85

Razão Social: Cooperativa de Produção Agroindustrial de Jaborá

Tipo Pessoa Jurídica: Cooperativa singular da AF

Município/UF: Jaborá/SC

Representante Legal: ESTEVAO FERRARI

Data Constituição: 25/07/2003

CPF: 060.415.799-12

Informações da DAP

Emissor: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.052.191/0001-62

Agente Emissor: Alexandre Dadalt

Local de Emissão: Jaborá/SC

CPF: 049.356.229-03

Composição Societária

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Demais agricultores familiares	67	100

Quantidade de DAPs por Município/UF

Município/UF	Quantidade
Caçador	1
Celso Ramos	5
Concórdia	1
Irani	1
Jaborá	58
Presidente Castello Branco	1

Resultado Composição Societária

Número de titulares com DAP Reconhecidos pelo MAPA	67	100,00
Associados sem DAP	0	0,00
Total dos Associados	67	100%

(*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.
A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)

...





Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Lista de Associados com DAP

Chave do extrato: 1898733

Emitido em: 16/07/2020 às 09:34:15

DAP: SDW0581346500012606200254	Versão DAP: 3.2	Emissão: 26/06/2020	Validade(*): 26/06/2022
CNPJ: 05.813.465/0001-85	Razão Social: Cooperativa de Produção Agroindustrial de Jaborá		

Categoria: Demais agricultores familiares

CPF	Nome	Numero DAP	Município	UF	Validade	Enquadramento
250.334.259-00	ADELAR FACIN	SDW0250334259002801190353	Jaborá	SC	28/01/2021	V
035.654.649-76	ADELIS MARIA FRANK MASSON	SDW0486580499492507190207	Jaborá	SC	25/07/2021	B
422.138.009-87	ADEMAR ANTONIO MORES	SDW0422138009873007191130	Jaborá	SC	30/07/2021	V
486.580.499-49	ALBINO MASSON	SDW0486580499492507190207	Jaborá	SC	25/07/2021	B
017.958.519-37	ALTAIR DEMARCO	SDW0017958519370702190521	Concórdia	SC	07/02/2021	V
439.879.239-20	AMADEU SUSIN	SDW0439879239201208190224	Caçador	SC	12/08/2021	V
486.332.409-04	ANGELO FRANCISCO PRANDO	SDW0486332409041009190811	Jaborá	SC	10/09/2021	V
437.641.269-49	ANTÔNIO SANTO PRANDO	SDW0437641269492905201004	Jaborá	SC	29/05/2022	V
915.619.309-20	AROLDI FERRARI	SDW0915619309201604200257	Jaborá	SC	16/04/2022	V
494.993.789-87	ARTÊMIO MASSON	SDW0494993789871612190301	Jaborá	SC	16/12/2021	B
767.061.259-20	CARLOS GRASSI	SDW0767061259202507190310	Celso Ramos	SC	25/07/2021	V
053.898.349-33	CASSIO CARLOS TISATTO	SDW0053898349332907191017	Jaborá	SC	29/07/2021	V
046.600.969-04	DIAMAR DE CARLI RIZZOLI	SDW0494993789871612190301	Jaborá	SC	16/12/2021	B
941.903.569-72	EDACIR MARIA CERVELIM	SDW0423834479002009190137	Jaborá	SC	20/09/2021	V
385.864.289-49	EDEGAR MENEGASSO	SDW0385864289490802190841	Jaborá	SC	08/02/2021	V
767.060.959-15	EDIO GRASSI	SDW0767060959151911180218	Celso Ramos	SC	19/05/2021	V
038.570.169-14	ELIZETE CASTANHA BIANCHI	SDW0018604469062607190238	Jaborá	SC	26/07/2021	V
031.946.419-99	ELVIRA CADORE BIANCHI	SDW0108863119342112180357	Jaborá	SC	21/06/2021	B
108.863.119-34	ERNESTO BIANCHI	SDW0108863119342112180357	Jaborá	SC	21/06/2021	B
060.415.799-12	ESTEVÃO FERRARI	SDW0060415799121806200334	Jaborá	SC	18/06/2022	V
195.834.519-91	EUZÉBIO FRANCISCON	SDW0195834519910702191112	Jaborá	SC	07/02/2021	V
024.623.149-11	EVANDRO BONGIOVANI	SDW0024623149111902190251	Jaborá	SC	19/02/2021	V
018.604.469-06	EVANDRO JOSÉ BIANCHI	SDW0018604469062607190238	Jaborá	SC	26/07/2021	V
246.022.560-15	GENUIR AFONSO BATTISTONI	SDW0246022560152802190845	Jaborá	SC	28/02/2021	V
181.991.359-72	IDALINO MINATI	SDW0181991359721312190237	Jaborá	SC	13/12/2021	B
423.811.939-87	ILCE SALETE BANDELOFF	SDW0295322059340802190250	Jaborá	SC	08/02/2021	B
005.327.399-06	IOLANDA BESES MENEGASSO	SDW0385864289490802190841	Jaborá	SC	08/02/2021	V
026.830.899-37	IRDES ALVIERO PRANDO	SDW0437641269492905201004	Jaborá	SC	29/05/2022	V
384.186.499-68	IRINEU ANTÔNIO PRANDO	SDW0384186499682012190911	Jaborá	SC	20/12/2021	B
021.937.359-05	IVANIR DACAS	SDW0384183559723110180320	Jaborá	SC	30/04/2021	V
019.956.379-98	IVONETE ALVIERO PRANDO	SDW0486332409041009190811	Jaborá	SC	10/09/2021	V
076.424.239-34	JOSÉ PARIZOTTO	SDW0076424239343101190212	Jaborá	SC	31/01/2021	V
295.322.059-34	JURANDIR ANTONIO BANDELOFF	SDW0295322059340802190250	Jaborá	SC	08/02/2021	B
675.088.049-53	LAUCIR DOS SANTOS	SDW0675088049531111190831	Jaborá	SC	11/11/2021	B
029.328.529-22	LEONI SCHUMANN CERVELIN	SDW0015575399102407180931	Presidente Castello Branco	SC	24/01/2021	V
552.110.899-87	LUCIO FERRI	SDW0552110899870207190951	Celso Ramos	SC	02/07/2021	V
220.050.649-04	LUIZ CADORE	SDW0220050649042607190914	Jaborá	SC	26/07/2021	V
039.331.509-65	MARCIANE GAVAZZONI	SDW0039331509650412180136	Jaborá	SC	04/06/2021	V
029.918.689-02	MARIZA CARLETI MASSON	SDW0384199129721010190330	Jaborá	SC	10/10/2021	V
853.919.999-87	MARLI MARIA SOSTER MIOTTO	SDW0675089449680411190242	Jaborá	SC	04/11/2021	V
022.589.859-43	NADIR TOIUGO GAVAZZONI	SDW0509266839341312180914	Jaborá	SC	13/06/2021	V
022.356.059-66	NEIVA TOIGO PARIZOTTO	SDW0425657909531311190851	Jaborá	SC	13/11/2021	V
445.501.119-68	NELSON AMADEI	SDW0445501119680304190140	Jaborá	SC	03/04/2021	V
960.808.179-34	OSMIR MASSON	SDW0960808179340603190340	Jaborá	SC	06/03/2021	V
053.881.469-10	PATRICIA ANGELA PECINATO	SDW0060415799121806200334	Jaborá	SC	18/06/2022	V
933.401.929-87	PAULO ROBERTO SAVARIS	SDW0933401929873010190217	Jaborá	SC	30/10/2021	V
612.783.439-20	PEDRO PAULO CARISSIMI	SDW0612783439201707180156	Jaborá	SC	17/01/2021	V
110.345.349-12	ROBSON BARBOSA	SDW0110345349121010180311	Celso Ramos	SC	10/04/2021	V
422.821.289-15	ROMANO BEGNINI	SDW0422821289152911190816	Jaborá	SC	29/11/2021	V

042.771.079-07	RONALDO PRANDO	SDW0042771079070908190136	Jaborá ✓	SC	09/08/2021	V
021.972.469-50	SALETE MASCARELO BEGNINI	SDW0422821289152911190816	Jaborá ✓	SC	29/11/2021	V
690.877.769-34	SÉRGIO VALDECIR MULLER	SDW0690877769342808190844	Jaborá ✓	SC	28/08/2021	V
091.827.009-07	SILVIO RODRIGO DURIGON	SDW0091827009072812180835	Jaborá ✓	SC	28/06/2021	B
790.104.669-49	TANIA APARECIDA SPULDARO	SDW0423848939041010191241	Irani	SC	10/10/2021	V
019.067.249-89	TEREZINHA MARIA BATTISTONI	SDW0246022560152802190845	Jaborá ✓	SC	28/02/2021	V
828.401.059-34	TEREZINHA PAVAN PARIZOTTO	SDW0076424239343101190212	Jaborá ✓	SC	31/01/2021	V
384.183.559-72	VALDECIR DACAS	SDW0384183559723110180320	Jaborá ✓	SC	30/04/2021	V
016.371.899-74	VALMARI PARIZOTTO	SDW0016371899742103190832	Jaborá ✓	SC	21/03/2021	V
081.298.049-21	VANESSA FERREIRA DE ALMEIDA	SDW0031768809012612181003	Jaborá ✓	SC	26/06/2021	B
646.879.889-20	VANICE PARECIDA TEDESCO FERRARI	SDW0551988729201709190819	Jaborá ✓	SC	17/09/2021	V
845.594.979-15	VANILCE ÁGUITA CORADI BEBER	SDW0384242909681309190838	Jaborá ✓	SC	13/09/2021	V
675.088.809-78	VARDINEI MORES	SDW0675088809780205180833	Jaborá ✓	SC	02/11/2020	V
091.777.919-32	VINICIUS CESAR PASQUALI	SDW0091777919322307190239	Jaborá ✓	SC	23/07/2021	V
000.114.719-64	VITALINA FELIPPI MINATTI	SDW0181991359721312190237	Jaborá ✓	SC	13/12/2021	B
038.802.489-58	VOLNI DE CASTRO	SDW0038802489582208180230	Celso Ramos	SC	22/02/2021	V
915.617.449-72	ZELIA MARIA BEBER TOSCAN	SDW0385864449872112180259	Jaborá ✓	SC	21/06/2021	V
031.532.619-03	ZENAIDE RENI JAHNEL	SDW0518076969872901190508	Jaborá ✓	SC	29/01/2021	V

Total Categoria: 67

Total sócios: 67

(*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E
CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ – COPERJABORA**

CNPJ nº 05.813.465/0001-85

Ao primeiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete, as 09:30 horas em segunda convocação, reuniram-se no Centro Municipal de Eventos Prefeito Cezar Armando Brancher, localizado na Rodovia SC 463, Km 16,3, Centro, Jaborá, SC, os 46 (Quarenta e seis) sócios presentes da **Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial de Jaborá - COPERJABORA**, estabelecida à Rodovia SC 463, Km 14,5, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000, com inscrição no CNPJ sob nº 05.813.465/0001-85, e devidamente registrada na MM. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC sob o NIRE nº 424.0001856-4 por despacho em 25/07/2003, para realização da **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, conforme Carta Circular enviada para todos os associados em data de 01/03/2017, com Edital de Convocação afixado nos locais mais freqüentados pelos associados e publicado em jornal de circulação local, denominado Jornal O Fato, edição de 02/03/2017, para deliberar a seguinte ordem do dia conforme consta no Edital de Convocação transcrito abaixo:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam pelo presente, convocados todos os 68 (Sessenta e oito) associados da **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ - COPERJABORA**, para reunirem-se em **Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária**, a realizar-se no dia **01 de Abril de 2017, às 08:30 Horas** em primeira convocação, no Centro de Eventos Prefeito Cezar Armando Brancher, localizada na Rodovia SC 463, Km 16,3, município de Jaborá, SC.

Na ausência de "Quorum" legal que é de 2/3 (dois terços) do número de associados com direito de participação, haverá uma segunda convocação às **09:30 Horas** com metade mais um dos associados, e uma terceira convocação às **10:30 Horas** com no mínimo 10 (dez) associados, do mesmo dia e no mesmo local, deliberando então a Assembléia os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA

- 01) Prestação de Contas relativa ao Exercício de 2016;
- 02) Destinação das Sobras;
- 03) Parecer do Conselho Fiscal;
- 04) Eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- 05) Reforma do Estatuto;
- 06) Outros assuntos de Interesse dos Associados.

Jaborá, SC, 01 de Março de 2017.

Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial de Jaborá -
Coperjabora

Edacir Maria Cervelin – Presidente

Inicialmente a Presidente a senhora Edacir Maria Cervelin, fez a composição da mesa, que após efetuada, deu abertura a assembléia cumprimentando a todos os presentes, passando a palavra para o Contador o senhor Sergio Luiz Doré para efetuar a Prestação de Contas relativa ao Exercício de 2016, ficando assim demonstrada: **Ingressos:** R\$ 771.353,94 (Setecentos e setenta e um mil trezentos e cinquenta e três reais e noventa e

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2017
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

quatro centavos), sendo R\$ 799.612,75 (Setecentos e noventa e nove mil seiscentos e doze reais e setenta e cinco centavos) relativo a venda de mercadorias; R\$ 20.504,78 (Vinte mil quinhentos e quatro reais e setenta e oito centavos) relativo a Receitas Financeiras. Deduções: R\$ 48.763,59 (Quarenta e oito mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos) relativo à ICMS sobre faturamento e ICMS Substituição Tributária. Dispêndios: R\$ 392.867,89 (Trezentos e noventa e dois mil oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos), sendo R\$ 363.861,44 (Trezentos e sessenta e três mil oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos) relativo à Custo dos Produtos Adquiridos e R\$ 29.006,45 (Vinte e nove mil seis reais e quarenta e cinco centavos) relativo à Dispêndios/Despesas Operacionais. Sobras do Exercício: R\$ 378.486,05 (Trezentos e setenta e oito mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinco centavos). Disponível e Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 232.692,85 (Duzentos e trinta e dois mil seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), sendo R\$ 183.488,08 (Cento e oitenta e três mil quatrocentos e oitenta e oito reais e oito centavos) em caixa; R\$ 9.937,73 (Nove mil novecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos) na conta corrente 53.130-8 do Banco do Brasil S/A; R\$ 8.569,06 (Oito mil quinhentos e sessenta e nove reais e seis centavos) na conta corrente 3.627-7 da Cooperativa de Crédito de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Rio do Peixe – SICOOB Credirio SC; R\$ 15.542,51 (Quinze mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e um centavos) aplicados na conta 53.130-8 do Banco do Brasil S/A; R\$ 686,02 (Seiscentos e oitenta e seis reais e dois centavos) aplicados na conta 62.904-9 do Banco Cresol Concórdia; e R\$ 14.479,45 (Quatorze mil quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) aplicados na conta 3.627-7 da Cooperativa de Crédito de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Rio do Peixe – SICOOB Credirio SC. Em seguida passou-se para segundo item Destinação das Sobras, que ficou assim distribuído: R\$ 37.846,61 (Trinta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos) como Fundo de Reserva, referente 10% das Sobras; R\$ 18.923,30 (Dezoito mil novecentos e vinte e três reais e trinta centavos) como FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), referente 5% das sobras, e o restante R\$ 321.716,14 (Trezentos e vinte e um mil setecentos e dezesseis reais e quatorze centavos) relativo a sobras acumuladas, ficaram a disposição da Assembléia, que após posto em votação ficou decidido sua distribuição total para os cooperados que será distribuído de acordo com as operações que cada cooperado efetuou no exercício de 2016, ficando assim distribuído: Adelir Antonio Mores, recebe o valor de R\$ 1.456,93 (Um mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos); Albino Masson, recebe o valor de R\$ 1.699,27 (Um mil seiscentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos); Ampelio Prando, recebe o valor de R\$ 12.928,40 (Doze mil novecentos e vinte e oito reais e quarenta centavos); Angelo Francisco Prando, recebe o valor de R\$ 2.818,06 (Dois mil oitocentos e dezoito reais e seis centavos); Antonio Santo Prando, recebe o valor de R\$ 43.452,30 (Quarenta e três mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos); Aroldo Ferrari, recebe o valor de R\$ 23.055,68 (Vinte e três mil cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos); Daniel Prando, recebe o valor de R\$ 26.064,10 (Vinte e seis mil sessenta e quatro reais e dez centavos); Edacir Maria Cervelin, recebe o valor de R\$ 11.680,55 (Onze mil seiscentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos); Edegar Menegasso, recebe o valor de R\$ 72.098,06 (Setenta e dois mil noventa e oito reais e seis centavos); Ernesto Bianchi, recebe o valor de R\$ 1.679,67 (Um mil seiscentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos); Estevão Ferrari, recebe o valor de R\$ 21.439,56 (Vinte e um mil quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos); Evandro José Bianchi, recebe o valor de R\$ 2.643,84 (Dois mil seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos); Genuir Afonso Batistoni, recebe o valor de R\$ 9.299,26 (Nove mil duzentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos); Idalino Minatti,

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

recebe o valor de R\$ 5.784,75 (Cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos); Irineu Antonio Prando, recebe o valor de R\$ 5.784,75 (Cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos); José Parizotto, recebe o valor de R\$ 2.799,58 (Dois mil setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e oito centavos); Jussara Terezinha Cardozo da Silva, recebe o valor de R\$ 1.636,60 (Um mil seiscentos e trinta e seis reais e sessenta centavos); Laucir dos Santos, recebe o valor de R\$ 894,90 (Oitocentos e noventa e quatro reais e noventa centavos); Luiz Cadore, recebe o valor de R\$ 2.080,90 (Dois mil, oitenta reais e noventa centavos); Marlova Aparecida Mayer Pavan, recebe o valor de R\$ 768,89 (Setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavo); Pedro Paulo Carissimi, recebe o valor de R\$ 6.565,69 (Seis mil quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos); Santo Tadeu Durigon, recebe o valor de R\$ 13.443,52 (Treze mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos); Silvio Rodrigo Durigon, recebe o valor de R\$ 1.021,97 (Um mil, vinte e um reais e noventa e sete centavos); Valdecir Dacas, recebe o valor de R\$ 17.710,33 (Dezessete mil setecentos e dez reais e trinta e três centavos); Vanice Parecida Tedesco Ferrari, recebe o valor de R\$ 10.082,82 (Dez mil, oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos); e Vanilce Aguita Coradi Beber, recebe o valor de R\$ 4.681,97 (Quatro mil seiscentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos); Zelia Maria Beber Toscan, recebe o valor de R\$ 9.655,48 (Nove mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos); Zenaide Reni Jahnell, recebe o valor de R\$ 8.488,62 (Oito mil quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos). Após a Prestação de Contas a Presidente passou a palavra ao Conselho Fiscal que efetuou a leitura do Parecer, dando como favorável à aprovação do Balanço, seus demonstrativos e destinação das sobras. Após a Presidente passou a aprovação da Prestação de Contas relativa à 2016, sendo posta em votação e aprovada por decisão unânime. Seguindo a Ordem do Dia a Presidente passou para a Eleição do Novo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, informando a existência de apenas uma chapa, que após efetuada a votação que foi por aclamação, o resultado foi o seguinte: 46 (Quarenta e seis) votos Sim, portanto o novo **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** eleito ficou assim composto: **Presidente: ESTÊVÃO FERRARI**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Joaçaba, SC, nascido em 10/10/1990, Carteira de Identidade sob nº 11/R-4.954.603, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 20/02/2001, CPF/MF sob nº 060.415.799-12, residente e domiciliado à Linha Jaborazinho, S/N, Interior, no município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000. **Vice-Presidente: SANTO TADEU DURIGON**, brasileiro, agricultor, natural de Jaborá, SC, nascido em 28/11/1965, casado pelo Regime de Comunhão Universal de Bens, portador da Carteira de Identidade sob nº 2.465.778, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 11/02/2011, CPF/MF sob nº 653.319.079-20, residente e domiciliado à Linha São Francisco, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000. **Secretário: AROLDO FERRARI**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Jaborá, SC, nascido em 09/10/1973, portador da Carteira de Identidade sob nº 11/R-3.154.961, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 27/08/1990, CPF/MF sob nº 915.619.309-20, residente e domiciliado à Linha Jaborazinho, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000. **Segunda Secretária: ZENAIDE RENI JAHNEL**, brasileira, separada judicialmente, agricultora, natural de São José do Cedro, SC, nascida em 22/01/1976, portadora da Carteira de Identidade sob nº 3.408.769, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 06/03/2008, CPF/MF sob nº 031.532.619-03, residente e domiciliada na Linha São Miguel, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000. **Primeiro Diretor Financeiro: ANTONIO SANTO PRANDO**, brasileiro, agricultor, natural de Capinzal, SC, nascido em 12/04/1960, casado pelo

Antonio Prando

Ferrari

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna

ES 9

Simone

Regime de Comunhão Universal de Bens, portador da Carteira de Identidade sob nº 11/R-2.631.031, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 31/08/1987, CPF/MF sob nº 437.641.269-49, residente e domiciliado à Linha Boa Vista, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000. Segundo Diretor Financeiro: GENUIR AFONSO BATTISTONI, brasileiro, agricultor, natural de Viadutos, RS, nascido em 12/12/1953, casado pelo Regime de Comunhão Universal de Bens, portador da Carteira de Identidade sob nº 3038262907, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul – SSP/RS em 16/07/1985, CPF/MF sob nº 246.022.560-15, residente e domiciliado à Linha Castelhana, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000. Em seguida a Presidente passou para a Eleição do novo CONSELHO FISCAL que após efetuada a votação ficou composto pelos seguintes associados: **EVANDRO JOSÉ BIANCHI**, brasileiro, agricultor, natural de Jaborá, SC, nascido em 01/01/1974, casado pelo Regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da Carteira de Identidade sob nº 11/C-3.159.570, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 28/01/1992, CPF/MF sob nº 018.604.469-06, residente e domiciliado à Linha Alto Andrade, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000; **EDACÍR MARIA CERVELIN**, brasileira, agricultora, natural de Jaborá, SC, nascida em 04/09/1966, casada pelo Regime de Comunhão Universal de Bens, portadora da Carteira de Identidade sob nº 14/R-2.461.000, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 07/10/1986, CPF/MF sob nº 941.903.569-72, residente e domiciliada à Linha Alto Andrade, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000; **EDEGAR MENEGASSO**, brasileiro, agricultor, natural de Jaborá, SC, nascido em 06/05/1958, casado pelo Regime de Comunhão Universal de Bens, portador da Carteira de Identidade sob nº 11/C-742.346, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 17/08/1994, CPF/MF sob nº 385.864.289-49, residente e domiciliado à Linha Boa Vista, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000. Suplentes: VALDECIR DACAS, brasileiro, agricultor, natural de Campos Novos, SC, nascido em 16/12/1956, casado pelo Regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da Carteira de Identidade sob nº 11/R-2.142.472, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 19/11/1985, CPF/MF sob nº 384.183.559-72, residente e domiciliado à Linha Boa Vista, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000; **DANIEL PRANDO**, brasileiro, agricultor, natural de Ouro, SC, nascido em 15/03/1957, casado pelo Regime de Comunhão Universal de Bens, portador da Carteira de Identidade sob nº 1.070.667, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 28/07/1993, CPF/MF sob nº 386.972.709-87, residente e domiciliado à Linha Boa Vista, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000; **PAULO ROBERTO SAVARIS**, brasileiro, agricultor, natural de Concórdia, SC, nascido em 15/09/1973, casado pelo Regime de Comunhão Universal de Bens, portador da Carteira de Identidade sob nº 14/R-2.699.078, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC em 21/03/1990, CPF/MF sob nº 933.401.929-87, residente e domiciliado à Linha França, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000. *“Os Administradores declaram não estarem impedidos de exercer a administração, por lei especial, e nem condenados ou encontram-se sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, e que não há relação*

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

*de parentesco entre si até segundo grau em linha reta ou colateral". Seguindo a ordem do dia a Presidente passou para o item Reforma do Estatuto, passando a palavra para o contador o senhor Sergio Luiz Doré que colocou aos presentes quais alterações estarão sendo efetuadas. Inicialmente colocou aos sócios presentes a necessidade de alteração do nome da cooperativa, que após uma breve discussão ficou decidido que o nome da cooperativa passará a ser **"COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORÁ – COPERJABORA"**. Em seguida informou aos presentes a necessidade de alteração da denominação do endereço da cooperativa, face a alteração efetuada pelo Deinfra, passando a denominar-se **"Rodovia SC 355, Km 145,9, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000 e seu foro jurídico na cidade e comarca de Catanduvas, SC"**.*

O presente estatuto passará a ter ainda as seguintes alterações:

1ª – A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, formada pelo conjunto de associados, é a instância suprema da Cooperativa, podendo, nos limites da Lei e deste Estatuto, tomar toda e qualquer decisão de interesse da Cooperativa, e suas deliberações vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes.

§ único – A Assembléia Geral para eleição e posse do Conselho de Administração, será realizada a cada 03 (três) anos, na data que coincidir com a segunda quinzena do mês de Março, segundo as normas do regimento próprio.

2ª – O Conselho de Administração, eleito pela Assembléia Geral e a ela subordinado, é órgão deliberativo, composto por 6 (seis) associados, com títulos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Segundo Secretário, Diretor Financeiro e Segundo Diretor Financeiro, eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo um terço a cada mandato.

3ª – O quorum mínimo para o funcionamento do Conselho de Administração será de 4 (quatro) de seus componentes e as deliberações tomadas por maioria simples dos votos dos presentes e registradas em Livro de Atas, lavradas pelo Secretário.

§ único – O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez por mês, ou sempre que necessário, por autoconvocação, ou por convocação do Conselho Fiscal.

4ª – Compete ao Segundo Secretário

I – Auxiliar o secretário nas tarefas;

II – Substituir o Secretário em seus eventuais impedimentos.

5ª – Compete ao Diretor Financeiro:

I – Zelar pela ordem financeira e contábil da Cooperativa;

II- Assinar em conjunto com o Presidente todos os documentos.

III – Coordenar os serviços e atividades relativas às finanças com pessoal, material de escritório e expediente.

IV- Guarda e responsabilidade com os documentos contábeis, livros de escrituração, contratos e convênios realizados.

6ª – Compete ao Segundo Diretor Financeiro:

I – Auxiliar o Diretor Financeiro em todas as tarefas;

II- Substituir o Diretor Financeiro em seus eventuais impedimentos;

7ª – A Administração da Cooperativa será fiscalizada assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos e empossados a cada 03 (três) anos pela Assembléia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos impedidos pela Lei, por este Estatuto e pelo Regimento da Comissão Eleitoral, os parentes dos Conselheiros

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna

Administrativos até o segundo grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - Um associado não pode exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal.

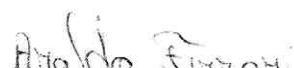
O Contador, senhor Sergio Luiz Doré informou ainda que a vista das modificações ocorridas em alguns artigos do Estatuto, o mesmo será consolidado. Já nos assuntos de interesse dos associados a Presidente informou aos presentes que face ao falecimento do associado Laudino Téó, será admitida como associada sua filha Jane Téó, conforme determina o Parágrafo Primeiro do Art. 11 de Estatuto da cooperativa. Ficou decidido por todos os presentes que serão excluídos do quadro de cooperados aqueles que solicitaram filiação na Coperjabora e até o momento não efetuaram a devida integralização da quota capital. Fica decidido que a partir da presente data somente será admitido como cooperado o agricultor familiar que possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Na sequência já nos Assuntos Gerais o novo Presidente eleito Estevão Ferrari fez uso da palavra, pedindo o apoio de todos os cooperados para o auxiliarem que juntamente com todo o conselho de administração e conselho fiscal, farão a cooperativa crescer ainda mais. Em seguida fez uso da palavra o técnico da Epagri Alexandre que colocou aos cooperados como esta o andamento do programa SC Rural para aqueles que solicitaram recursos. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a Assembléia e convidou a todos para um almoço de confraternização, lavrando-se esta ata que após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinadas.


Estiveram presentes na Assembléia os seguintes cooperados: Ademar Antonio Mores; Albino Masson; Anderson Coradi; Angelo Francisco Prando; Antônio Santo Prando; Arinei Miguel Mores; Aroldo Ferrari; Célio Pasquali; Claudete A. Perazzoli; Daniel Prando; Delezia Nissola Ferrari; Deoclecio Antonio Parisotto; Dierceu dos Santos; Edacir Maria Cervelin; Edegar Menegasso; Eleomar Franciscon; Ernesto Bianchi; Estevão Ferrari; Evandro José Bianchi; Genuir Afonso Battistoni; Idalino Minati; Irineu Antonio Prando; José Parizotto; Jurandir Antonio Bandeloff; Jussara Terezinha Cardoso da Silva; Laucir dos Santos; Laudino Ângelo Miotto; Leonardo Ferrari; Loreni Maria Damim Debarba; Marcelo Begnini; Marli Maria Soster Miotto; Marlova Aparecida Mayer Pavan; Osmir Masson; Paulo Roberto Savaris; Pedro Paulo Carissimi; Renato Dalcortivo; Romano Begnini; Santo Tadeu Durigon; Sérgio Valdecir Muller; Silvio Rodrigo Durigon; Valdecir Dacas; Valmari Parizotto; Vanice Parecida Tedesco Ferrari; Vanilce Águia Coradi Beber; Zelia Maria Beber Toscan; Zenaide Reni Jahnel.

Obs: “Esta ata é cópia fiel da transcrita no livro de atas de Assembléias nº 0001/2002, folhas 32 verso à 36.”

Jaborá, SC, 01 de Abril de 2017.


Estevão Ferrari
Presidente


Aroldo Ferrari
Secretario



Antonio Santo Prando
Diretor Financeiro





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/08/2017 SOB Nº 20170682358
Protocolo: 17/068235-8, DE 14/07/2017

Empresa: 42 4 0001856 4
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE
JABORÁ - COPERJABORÁ

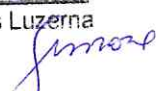

HENRY GOY PETRY NETO
SECRETARIO GERAL

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna







I ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORÁ - COPERJABORÁ

CNPJ nº 05.813.465/0001-85

A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORÁ – COPERJABORÁ, constituída no dia 21 de novembro de 2002, com sede na Rodovia SC 463, Km 14,5, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000, com inscrição no CNPJ sob nº 05.813.465/0001-85, devidamente registrada na MM. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina JUCESC sob o NIRE nº 424.0001856-4, com foro jurisdito na Comarca de Catanduvas, SC, **RESOLVE**, conforme aprovação em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 01 de Abril de 2017, reformular seu estatuto que será regido nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO, ANO SOCIAL E ÁREA DE AÇÃO

Art. 1º – A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORÁ – COPERJABORÁ, constituída no dia 21 de novembro de 2002, rege-se pelo presente Estatuto, atendidas as disposições legais, tendo:

- Sede e administração será na Rodovia SC 355, Km 145,9, Interior, município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, Cep: 89677-000;
- Foro jurídico na Comarca de Catanduvas;
- Prazo de duração indeterminado e exercício social coincidindo com o ano civil;
- Área de ação, para efeito de admissão de associados, será concentrada no Município de Jaborá, e, quando conveniente, nos demais Municípios do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II

DA MISSÃO, CREDO E OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º – A COPERJABORÁ, como sociedade e empresa cooperativa, tem por missão promover o desenvolvimento sustentável das famílias rurais associadas e das comunidades onde as mesmas se inserem, através da produção, industrialização e comercialização dos produtos produzidos ou adquiridos de outros.

Art. 3º – A COPERJABORÁ, como sociedade e empresa cooperativa, acredita:

- Na capacidade das pessoas para conseguir seus objetivos;
- No trabalho cooperativo como forma de organização da sociedade;

Antônio Pank Estevão Ferraz A

9

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020 Simone
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

- c) Nas atividades agroindustriais no meio rural como forma de desenvolvimento sustentável das comunidades onde se inserem os agricultores familiares associados;
- d) Na tecnologia e na qualificação como instrumento de competitividade da agricultura familiar.

Art. 4º – A COPERJABORÁ, como sociedade e empresa cooperativa, tem como objetivos:

- I- Desenvolver atividades e operações que garantam a defesa e o desenvolvimento da produção agroindustrial de seus associados;
- II- Garantir a distribuição equitativa, tanto de seus custos e encargos quanto de seus excedentes;
- III- Prestar assistência educacional e social para o aprimoramento humano e profissional dos associados e colaboradores.
- IV- Adquirir, repassar e comercializar insumos agropecuários para o melhor desempenho das atividades agropecuárias de seus cooperados.

§ único – A Cooperativa, para o desempenho de suas atividades empresariais, poderá ainda:

- a) Realizar operações comerciais e financeiras visando a comercialização dos produtos produzidos pelos associados;
- b) Realizar operações comerciais e financeiras visando o abastecimento, com máquinas e equipamentos, das propriedades e unidades industriais dos associados;
- c) Adiantar valores da produção recebida ou a receber dos associados, bem como salvaguardar o valor pecuniário da mesma.
- d) Contratar agentes ou representantes e instalar unidades ou filiais no País e no exterior;
- e) Promover registro de marcas e patentes para seus produtores e serviços;
- f) Operar com não-associados, nos termos da legislação em vigor;
- g) Agenciar propaganda, publicidade e afins;
- h) Operar com transportes de suas mercadorias;
- i) Concentrar parcerias;
- j) Efetuar prestações de serviços.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SECCÃO I

DA ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 5º – Poderá ser admitido como associado o agricultor familiar que se dedique a uma ou mais atividades de produção agrícola ou agroindustrial, desenvolvida de forma

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

individual ou grupal, em imóveis de sua propriedade ou ocupados por processo legítimo, e que aceite as disposições legais, estatutárias e regimentais.

§ 1º - Não será admitido como associado, nem permanecerá como tal, a pessoa que, mesmo atendendo as exigências deste Artigo, se dedique também a qualquer atividade que possa prejudicar os interesses da Cooperativa, ou colidir com seus objetivos, bem como pela impossibilidade de prestação do serviço requerido.

§ 2º - No ato do ingresso, o candidato comprovará as exigências deste Artigo mediante um cadastro.

Art. 6º - O número de associados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 7º - Para associar-se, o candidato encaminhará uma Proposta de Admissão ao Conselho de Administração.

§ 1º - Aprovada a sua Proposta de Admissão, o candidato subscreverá, para integralização imediata, Quotas Partes de Capital, nos termos e condições deste Estatuto.

§ 2º - Ao ser admitido, o associado receberá um número de Matrícula, com o qual exercerá seus Direitos e cumprirá seus Deveres e Obrigações junto à Cooperativa.

Art. 8º - O associado tem direito a:

- a) Tomar parte nas Assembléias, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem, solicitando, para tanto, informações sobre os negócios da Cooperativa;
- b) Votar e ser votado para membro dos órgãos estatutários da Cooperativa, observando os dispositivos legais;
- c) Realizar com a Cooperativa as operações constantes de seus objetivos.

Art. 9º - O associado tem o Dever e a Obrigação específicos de:

- a) Comercializar seus produtos agrícolas ou agroindustriais através da Cooperativa;
- b) Cumprir os Direitos enumerados no Artigo anterior;
- c) Satisfazer pontualmente os compromissos assumidos com a Cooperativa;
- d) Contribuir com as taxas que lhe caibam;
- e) Prestar esclarecimentos à Cooperativa sobre atividades relacionadas com os objetivos sociais;
- f) Acusar o seu impedimento nas deliberações sobre qualquer operação em interesse oposto ao da Cooperativa;
- g) Cumprir as disposições da Lei e deste Estatuto, as Resoluções tomadas pela Administração, inclusive sobre planejamento, controle e comercialização da produção, as Deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa.

§ 1º - É expressamente vedado aos associados comercializarem através da Cooperativa, em seu nome, produtos adquiridos de outras pessoas, a qualquer título, ainda que de associado, assim como repassar serviços prestados pela Cooperativa em seu nome a outras pessoas.

Ferreira A. Antunes

88

9

8

8

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna

§ 2º - O não cumprimento destes Deveres e Obrigações implica na perda automática de todos os Direitos de associado, acarretando sua eliminação do quadro de associados.

Art. 10 – O associado responde subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa até o limite das Quotas Partes por ele subscritas e integralizadas.

§ único – A responsabilidade dos associados perante terceiros, pelos compromissos da Cooperativa, bem como em relação a seus Direitos e Deveres sobre resultados do exercício, perdura, para os demitidos, eliminados ou excluídos, até quando aprovadas as Contas do exercício em que se deu o desligamento.

Art. 11 – Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o associado terá direito à restituição de suas Quotas Partes.

§ 1º - Os herdeiros do associado falecido tem direito às Quotas Partes e demais créditos que a este caibam, ficando-lhes assegurado o ingresso na Cooperativa, desde que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto.

§ 2º - A restituição das Quotas Partes somente poderá ser exigida em qualquer caso por demissão, eliminação ou exclusão – após a aprovação do Balanço do ano em que o associado deixou de fazer parte da Cooperativa, de acordo com o regimento interno.

§ 3º - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões em números que a devolução das Quotas Partes possa afetar a estabilidade financeira da Cooperativa, esta poderá devolvê-las mediante créditos que resguardem a sua continuidade.

Art. 12 – Os atos de demissão, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas dos associados na Cooperativa.

SECCÃO II

DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 13 – A perda da qualidade de associado poderá se dar por demissão, eliminação ou exclusão, mas somente será efetivada após o cumprimento das exigências dos Artigos 10 a 12 e seus parágrafos, deste Estatuto.

Art. 14 – A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido, formulado por escrito e assinado, e será requerida ao Conselho de Administração, que verificará o cumprimento das exigências e o encaminhará para o desligamento.

Art. 15 – A eliminação do associado será feita pelo Conselho de Administração, depois de notificado o associado infrator, devendo os motivos que a determinem constar no termo lavrado no livro de Atas.

§ único – Da eliminação cabe recurso, com efeito, suspensivo, à primeira Assembléia Geral.

Art. 16 – A exclusão do associado ocorrerá:

Luciano J. Antunes

[assinatura]

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

- I- Por dissolução da pessoa jurídica;
- II- Por morte da pessoa física;
- III- Por incapacidade civil não suprida;
- IV- Por deixar de atender os requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

§ único – A exclusão será processada automaticamente nos casos dos itens I, II e III, mas, quando fundada no item IV dependerá de decisão do Conselho de Administração, aplicando-se então, as normas deste Estatuto.

CAPÍTULO IV

DO CAPITAL

Art. 17 – A cooperativa reconhece a necessidade de capital para obtenção de seus objetivos, e exige de todos, de modo especial de seus administradores, o máximo empenho em:

- a) Garantir a sua suficiência para o desenvolvimento das atividades necessárias para seu funcionamento;
- b) Zelar pelo bom uso, evitando perdas, desgastes, aplicações desnecessárias ou qualquer tratamento que implique em sua deterioração;
- c) Tratar o capital do associado, dentro das normais legais, de tal forma que sirva de instrumento de incentivo às suas atividades.

Art. 18 – O capital da Cooperativa será constituído pelas Quotas Partes dos associados, sendo que as quotas-partes são formadas pelo capital mínimo que o associado integraliza, acrescidas de eventuais taxas e sobras;

§ único – Para a realização de suas atividades, a Cooperativa poderá contratar recursos de outras fontes, a qualquer título e para qualquer finalidade, no atendimento dos seus objetivos.

Art. 19 – Ao ser admitido o associado deverá subscrever e integralizar o capital mínimo, equivalente a 100 (Cem) Quotas Partes.

Art. 20 – O capital social é dividido em Quotas Partes de valor unitário igual ao valor da moeda nacional.

§ 1º - A Quota Parte é indivisível, intransferível a não-associados, e não poderá ser negociada, nem dada em garantia, devendo sua realização, transferência ou restituição ser escriturada no livro de Atas;

§ 2º - A transferência de Quotas Partes só será permitida de pai para filho até o limite do capital mínimo de ingresso, desde que o cedente não fique com suas Quotas abaixo do mínimo exigido, ou em sua totalidade quando da troca de proprietário, devendo tal cedência ou transferência ser averbada no livro de Atas e documentada em Termo que contenha a assinatura do cedente, do cessionário e do Presidente da Cooperativa.

Ferrari *Artur B...* *ES* *g*

CONFERE COM ORIGINAL
16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna
simone

Art. 21 – O capital social da Cooperativa não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de Quotas, que não poderá ser inferior a 2000 (duas mil) Quotas Partes.

Art. 22 – A Assembléia Geral, atendidas as necessidades da Cooperativa e observadas as disposições legais, poderá criar outros mecanismos de subscrição ou devolução de Capital.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLÉIA

Art. 23 – A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, formada pelo conjunto de associados, é a instância suprema da Cooperativa, podendo, nos limites da Lei e deste Estatuto, tomar toda e qualquer decisão de interesse da Cooperativa, e suas deliberações vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes.

§ único – A Assembléia Geral para eleição e posse do Conselho de Administração, será realizada a cada 03 (três) anos, na data que coincidir com a segunda quinzena do mês de Março, segundo as normas do regimento próprio.

Art. 24 – A Assembléia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, após decisão do Conselho de Administração.

§ 1º – A Assembléia Geral poderá ser convocada também pelo Conselho Fiscal ou por um quinto dos associados;

§ 2º – A Assembléia Geral será convocada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias quando se tratar da eleição do Conselho de Administração, e nos demais casos de 15 (quinze) dias, em primeira convocação, uma hora após em segunda e mais uma hora em terceira.

§ 3º – As 3 (três) convocações poderão ser feitas num mesmo Edital, desde que dele constem, expressamente, os prazos de cada uma delas.

Art. 25 – Nos Editais de convocação deverão constar:

- I- A denominação da Cooperativa, seguida da expressão “Convocação da Assembléia Geral” Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- II- O dia e a hora da reunião, em cada convocação, bem como o endereço do local da realização;
- III- A seqüência ordinal das Convocações;
- IV- A Ordem do Dia dos trabalhos com a devida especificação;
- V- O número de associados existentes, na data de sua realização, para efeito de cálculo de quorum de instalação;
- VI- A assinatura do responsável pela Convocação.

§ único – No caso da Convocação ser feita por associados, o Edital será assinado, no mínimo, por 5 (cinco) signatários do documento que a solicitou.

Ferreira *Artur Paulo* *g*

g *g*

CONFERE COM ORIGINAL
16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna *gimeno*

Art. 26 – Os instrumentos e Editais de Convocação serão afixados nas dependências da Cooperativa, publicados na imprensa e remetidos às filiais.

Art. 27 – O quorum para a instalação da Assembléia Geral forma-se da seguinte maneira:

- a) Dois terços (2/3) do número de associados com direito de participação, em primeira convocação;
- b) Metade mais um em segunda convocação;
- c) Mínimo de 10 (dez) associados em terceira convocação.

§ 1º - Não havendo quorum para a instalação da Assembléia Geral convocada nos termos deste Artigo será feita nova convocação, dentro de um prazo mínimo de 10 (dez) dias.

§ 2º - Persistindo a falta de quorum, será admitida a intenção de dissolver a sociedade, fato que deverá ser comunicado aos órgãos de representação.

Art. 28 – Os trabalhos da Assembléia Geral serão dirigidos pelo Presidente, em sua ausência ou impedimento pelo Vice-Presidente, auxiliado pelo Secretário para redigir a Ata que, após lida e aprovada, será assinada por ele, por quem a presidiu e pelos associados, num mínimo de 10 (dez).

§ único – Quando a Assembléia Geral não houver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos e secretariados por associados escolhidos na ocasião, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na Convocação.

Art. 29 – Na Assembléia Geral em que forem discutidos os Demonstrativos Contábeis e as Contas da Cooperativa, o Presidente, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um associado para coordenar os debates e a votação da matéria.

Art. 30 – As deliberações da Assembléia Geral somente poderão versar sobre assuntos constantes da Ordem do Dia do Edital de Convocação, e os que com ela tiverem direta e imediata relação.

Art. 31 – As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples de votos.

§ único – Em regra, a votação será por voto secreto, mas, a Assembléia poderá optar pelo voto a descoberto.

Art. 32 – Fica impedido de participar da Assembléia Geral, de votar e ser votado, o associado que:

- a) Tenha sido admitido após a convocação da mesma Assembléia;
- b) Tenha descumprido qualquer das obrigações da Lei ou deste Estatuto.

§ único – Qualquer associado não poderá votar nas decisões sobre assuntos que a ele se refiram de maneira direta ou indireta.

Ferreira *Alton* *ES* *Q*

CONFERE COM ORIGINAL
16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

Art. 33 – Prescreve em 4 (quatro) anos, a ação para anular as decisões da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da Lei ou deste Estatuto, contando o prazo da data de sua realização.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 34 – A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

a) prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

1. Relatório da Gestão;
2. Balanço Geral;
3. Demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas, e Parecer do Conselho Fiscal;
4. Plano de atividade da Cooperativa para o exercício seguinte;

b) destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;

c) eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;

d) fixação dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

e) quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 36 deste Estatuto.

§ 1º - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens “a” e “d” deste artigo.

§ 2º - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da lei ou deste Estatuto.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 35 – A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

Parágrafo 1º - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do Estatuto;
- b) fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) mudança de objetivo da sociedade;
- d) dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;

Ferreira A. Antunes

[assinatura] *[assinatura]*

CONFERE COM ORIGINAL
16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna *Jimenez*

e) contas do liquidante.

Parágrafo 2º - São necessários votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 36 – A administração da Cooperativa estará sob a responsabilidade direta do Conselho de Administração;

§ único – No exercício de suas funções, o Conselho de Administração poderá contratar outros profissionais especializados, que atuarão como assessores, de forma permanente ou não.

Art. 37 – O Conselho de Administração, eleito pela Assembléia Geral e a ela subordinado, é órgão deliberativo, composto por 6 (seis) associados, com títulos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a), Segundo(a) Secretário(a), Diretor(a) Financeiro(a) e Segundo(a) Diretor(a) Financeiro(a), eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo um terço a cada mandato.

§ único – Não poderão fazer parte do mesmo Conselho, além dos impedidos pela Lei, por este Estatuto e pelo Regimento da Comissão Eleitoral, os parentes entre si até o segundo grau, em linha reta ou colateral.

Art. 38 – O quorum mínimo para o funcionamento do Conselho de Administração será de 4 (quatro) de seus componentes e as deliberações tomadas por maioria simples dos votos dos presentes e registradas em Livro de Atas, lavradas pelo Secretário.

§ único – O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez por mês, ou sempre que necessário, por autoconvocação, ou por convocação do Conselho Fiscal.

Art. 39 – São atribuições do Conselho de Administração:

- I- Exercer o controle sobre as atividades empresariais, acompanhando a execução do Plano de Ação, aprovado pela Assembléia Geral;
- II- Avaliar as necessidades e as possibilidades financeiras da Cooperativa e os recursos técnicos disponíveis, tendo em vista as operações e os serviços a realizar;
- III- Aprovar os programas de operações e serviços, bem como as normas para a administração e funcionamento da Cooperativa;
- IV- Aprovar a Admissão, a Demissão, a Eliminação e a Exclusão de associados;
- V- Apresentar o Relatório da Gestão e os Demonstrativos Contábeis ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral;
- VI- Aprovar as taxas anuais de depreciação, desgaste, obsolescência ou renovação dos bens do Ativo Fixo e de previsão para créditos incobráveis;

Ferreira *A. Antero Pinheiro*

8

8

8

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna

Simone

- VII- Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos, constituir mandatários e contratar financiamentos com quaisquer estabelecimentos de crédito;
- VIII- Contratar e demitir profissionais executivos, atribuindo-lhes tarefas e responsabilidades.
- IX- Convocar a Assembléia Geral;
- X- Dar outras atribuições, não previstas neste Estatuto, ao Presidente, bem como estabelecer a sua forma de expediente.

Art. 40 – Compete ao Presidente:

- I- Presidir o Conselho de Administração, e a Assembléia Geral;
- II- Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e a Assembléia Geral;
- III- Apresentar à Assembléia Geral o Relatório da Gestão, os Demonstrativos Contábeis, o Parecer do Conselho Fiscal, o Plano de Ação, e demais itens da Ordem do Dia;
- IV- Apresentar ao Conselho de Administração e a quem por direito solicitar, cópias e peças dos Demonstrativos Contábeis, Planos e Projetos, e outros documentos sobre os quais tenham que se pronunciar;
- V- Assinar, juntamente com um membro do Conselho de Administração, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações nos quais se fizer necessário o aval dos associados;
- VI- Representar a Cooperativa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- VII- Outras atribuições que lhe determinar o Conselho de Administração ou a Assembléia Geral.

Art. 41 – Compete ao Vice-Presidente:

- I- Substituir o Presidente em seus impedimentos inferiores a 90 (noventa dias);

Art. 42 – Compete ao Secretário:

- I- Secretariar as reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;
- II- Supervisionar os serviços administrativos da Secretaria;
- III- Guardar os Livros Sociais;
- IV- Assinar as correspondências de rotina;
- V- Coordenar os trabalhos da Secretaria.

Art. 43 – Compete ao Segundo Secretário

- I – Auxiliar o secretário nas tarefas;
- II – Substituir o Secretário em seus eventuais impedimentos.

Art. 44 – Compete ao Diretor Financeiro:

- I – Zelar pela ordem financeira e contábil da Cooperativa;
- II- Assinar em conjunto com o Presidente todos os documentos.
- III – Coordenar os serviços e atividades relativas às finanças com pessoal, material de escritório e expediente.

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

IV- Guarda e responsabilidade com os documentos contábeis, livros de escrituração, contratos e convênios realizados.

Art. 45 – Compete ao Segundo Diretor Financeiro:

I – Auxiliar o Diretor Financeiro em todas as tarefas;

II- Substituir o Diretor Financeiro em seus eventuais impedimentos.

Art. 46 – Os administradores não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes da desídia e omissão, ou se agirem com culpa ou dolo.

§ 1º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se referem este Artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

§ 2º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 3º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de RESOLUÇÕES ou INSTRUÇÕES, e constituirão o Regimento Interno da Cooperativa.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 47 – A Administração da Cooperativa será fiscalizada assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos e empossados a cada 03 (três) anos pela Assembléia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos impedidos pela Lei, por este Estatuto e pelo Regimento da Comissão Eleitoral, os parentes dos Conselheiros Administrativos até o segundo grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - Um associado não pode exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 48 – O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação mínima de 3 (três) de seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, o Conselho Fiscal escolherá, entre seus membros efetivos, um Relator, incumbindo-o de redigir o Relatório trimestral de seus trabalhos.

§ 2º - As reuniões serão convocadas pelo Relator, por qualquer de seus membros, ou ainda por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral.

§ 3º - Na ausência do Relator, será escolhido um substituto para dirigir os trabalhos.

Leandro *Arturo Lima*

[Handwritten signatures]

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão em ata, lavrada em livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos fiscais presentes.

Art. 49 – Ocorrendo 3 (três) ou mais vagas no Conselho Fiscal a Comissão Eleitoral solicitará a Convocação da Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art. 50 – Ao Conselho Fiscal compete exercer fiscalização sobre operações, atividades e serviços da Cooperativa, relativos ao exercício do ano para o qual foram eleitos, cabendo-lhes, entre outras, as seguintes atribuições:

- I- Averiguar se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente;
- II- Averiguar se existem reclamações dos associados quanto aos serviços prestados.
- III- Examinar os Demonstrativos Contábeis mensais, dando ênfase:
 - a) Ao volume de numerário existente em caixa, se em níveis normais ou não;
 - b) Ao volume de numerário existente em Bancos, nos depósitos à vista e nas aplicações de liquidez imediata, certificando-se de que seus saldos conferem com os extratos bancários;
 - c) Ao volume de valores a receber de clientes e de associados, inteirando-se das inadimplências;
 - d) Ao volume dos estoques, se em níveis normais ou não, bem como à periodicidade dos inventários e suas normas de elaboração;
 - e) Ao montante das inversões fixas, verificando se estão em conformidade com as decisões do Conselho de Administração;
 - f) Ao volume de valores a pagar a Fornecedores, Associados, Instituições Financeiras e Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas, inteirando-se das inadimplências;
 - g) Ao crescimento do volume das Receitas Operacionais em relação ao crescimento das Despesas Operacionais, inteirando-se sobre o potencial futuro dos resultados.
- IV- Examinar os Demonstrativos Contábeis anuais, certificando-se de que os mesmos são resultados dos mensais, emitindo Parecer para a Assembléia Geral.
- V- Dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões de suas verificações, denunciando a este, à Assembléia Geral ou às autoridades competentes, as irregularidades constatadas, e convocar a Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

§ 1º - Se necessário, para o cumprimento de suas atribuições, o Conselho Fiscal poderá contratar os serviços técnicos especializados, cujos honorários correrão por conta da Cooperativa.

§ 2º - A responsabilidade do Conselho Fiscal encerra-se no ato da aprovação das Contas do Exercício pela Assembléia Geral Ordinária, salvo quando viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da Lei ou deste Estatuto.

VI- Convocar a Assembléia Geral.

CONFERE COM ORIGINAL
16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

CAPÍTULO VIII

DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Art. 51 – O Quadro Social será organizado em núcleos de modo a facilitar e promover a participação de todos os associados da discussão e tomada de decisões, referentes aos assuntos de seus interesses.

DOS NÚCLEOS DE APOIO

Art. 52 – Os núcleos serão formados por um grupo de associados que desenvolvem uma atividade agrícola ou agroindustrial em conjunto, e que possuem a finalidade de além de desenvolverem atividades de forma grupal, sugerirem Planos de Produção e outras atividades a serem desenvolvidas pela Cooperativa, acompanhando, fiscalizando a execução e avaliando os resultados.

§ 1º - O núcleo terá um Coordenador, eleito pelos associados para coordenar os trabalhos.

§ 2º - Não há um número definido de núcleos, e fica a critério dos associados a sua criação, bem como o desmembramento, o agrupamento, ou a extinção dos mesmos.

CAPÍTULO IX

DAS SOBRAS, PERDAS, FUNDOS E BALANÇO GERAL

Art. 53 – A apuração dos resultados do exercício social e os levantamentos do Balanço Geral serão realizados no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 54 – Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as Despesas diretas e indiretas.

§ 1º - As despesas administrativas serão rateadas na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações referidas neste Artigo.

§ 2º - Os resultados positivos, apurados por setor de atividade nos termos deste Artigo, serão distribuídos da seguinte forma:

- a) Dez por cento (10%) ao Fundo de Reserva;
- b) Cinco por cento (5%) ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES;
- c) O restante à disposição da Assembléia Geral.

§ 3º - Os resultados negativos, apurados setorialmente, serão rateados entre os associados, na proporção das operações de cada um realizadas com a Cooperativa se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-los.

CONFERE COM ORIGINAL
16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

Art. 55 – O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo-se em seu favor, além do previsto no Artigo anterior:

- I- Os créditos não reclamados pelos associados, decorridos 5 (cinco) anos;
- II- Os auxílios e doações sem destinação específica.

Art. 56 – O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES destina-se à prestação de serviços aos associados e seus familiares, que tenham como finalidade à melhoria e o incremento dos serviços e da produção, podendo ser prestados mediante convênios com entidades especializadas, oficiais ou particulares.

§ único – Revertem em favor do FATES, além dos percentuais referidos anteriormente, os resultados eventuais de qualquer natureza, resultantes de operações ou atividades nas quais os associados não tenham tido participação.

Art. 57 – A Assembléia Geral poderá criar outros Fundos, permanentes, temporários ou rotativos, destinando-lhes percentuais e outras receitas, com finalidades específicas.

CAPÍTULO X

DA DISSOLUÇÃO

Art. 58 – A Cooperativa dissolver-se-á voluntariamente, salvo se o número de 20 (vinte) associados se dispuser a assegurar a sua continuidade, quando:

- I- Venha a alterar sua forma jurídica;
- II- O seu número de associados se reduzir a menos de 20 (vinte) pessoas físicas, seu Capital Social Mínimo se tornar inferior ao estipulado neste Estatuto, salvo se, em Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo inferior a 6 (seis) meses eles forem restabelecidos;
- III- Ocorrer a paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ único – Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste Artigo, a medida poderá ser tomada juridicamente, a pedido de associado.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59 – O prazo do primeiro mandato dos ocupantes de cargos do Conselho de Administração passa a ser contado a partir da data de aprovação deste Estatuto até o terceiro ano subsequente, em data definida no Artigo 23.

Art. 60 – O prazo do primeiro mandato dos ocupantes de cargos do Conselho Fiscal passa a ser contado a partir da data de aprovação deste Estatuto até a realização da Assembléia Geral Ordinária do ano de 2.003.

Ferron A. Maria Pardo

[Assinatura]

[Assinatura]

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna

[Assinatura]

Art. 61 – Os casos omissos e duvidosos no presente Estatuto serão resolvidos, “ad referendum” da Assembléia Geral, ressalvados os princípios legais.

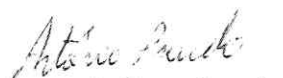
Art. 62 – O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral para tanto convocada.

Aprovado pela Assembléia Geral realizada em 01 de Abril de 2017.

Jaborá (SC), 01 de Abril de 2017.


Estevão Ferrari
Presidente


Aroldo Ferrari
Secretário


Antonio Santo Prando
Diretor Financeiro



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/08/2017 SOB Nº 20170682366
Protocolo: 17/068236-6, DE 14/07/2017

Empresa: 42 4 0001856 4
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE
JABORÁ - COPERJABORÁ


HENRY GOY PETRY NETO
SECRETÁRIO GERAL

CONFERE COM ORIGINAL

16 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

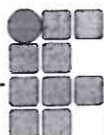


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna

ANEXO II – MODELO DE PROJETO DE VENDA
Processo Administrativo: 23475.000631/2020-08

MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS FORMAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE			
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 06/2020			
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES			
GRUPO FORMAL			
1. Nome do Proponente COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORA - COPERJABORA		2. CNPJ : 05.813.465/0001-85	
3. Endereço : ROD SC 355 KM 145,9		4. Município/UF: JABORA /SC	
5. E-mail estevaofernari@yahoo.com.br	6. DDD/Fone : 49 999090432		7. CEP : 89677-000
8. Nº DAP Jurídica SDW0581346500012606200254	9. Banco : BANCO DO BRASIL	10. Agência: 5286-8	11. Conta: 53130-8
12. Nº de Associados :67	13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006 : 67		14. Nº de Associados com DAP Física : 67
15. Nome do representante legal : ESTÊVÃO FERRARI		16. CPF : 060.415.799-12	17. DDD/Fone : 49 999090432
18. Endereço LINHA JABORAZINHO		19. Município/UF : JABORA /SC	
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC			
1. Nome da Entidade : INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE- CAMPUS LUZERNA		2. CNPJ : 10.635.424/0008-52	
		3. Município/UF LUZERNA /SC	
4. Endereço RUA VIGARIO FREI JOÃO , 550		5. DDD/Fone: 49 35234300	
6. Nome do representante e e-mail :EDUARDO BUTZEN Eduardo.butzen@ifc.edu.br		7. CPF : 693.280.139-68	
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS			



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

05.813.465/0001-85

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE
JABORA - COPERJABORA
RODOVIA SC 355 KM 145,9
INTERIOR - CEP 89677-000
JABORA - SC

Rua Vigário Frei João, 550
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300

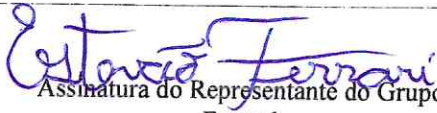


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – *Campus Luzerna*

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição*		5. Cronograma de Entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	
9. Suco de uva integral integral, sem adição de açúcar. Sem conservante, corantes e aromatizantes artificiais. Deve ser elaborado com suco concentrado da fruta. Com redução de calorias e rico em vitamina C. Embalagem de 1,5l. Prazo de validade de no mínimo 4 meses a contar da data de entrega.	LITRO	730	R\$ 15,93	R\$ 11.628,90	CONFORME O EDITAL

OBS: * Preço publicado no Edital n 06/2020 (o mesmo que consta na chamada pública).

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data	 Assinatura do Representante do Grupo Formal	Fone/E-mail: 49 999090432 estevaofernari@yahoo.com.br
--------------	---	---

LUZERNA 20 DE JULHO DE 2020

05.813.465/0001-85
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE
JABORÁ - COPERJABORÁ
RODOVIA SC 355 KM 145,9
INTERIOR - CEP 89677-000
JABORÁ - SC



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João, 550
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



9



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – *Campus Luzerna*

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ORIGEM DOS PRODUTOS

Processo Administrativo: 23475.000631/2020-08

DECLARAÇÃO DE ORIGEM DOS PRODUTOS

Declaro para os devidos fins que os gêneros alimentícios a serem fornecidos ao Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna, constantes no Projeto de Venda apresentado para participação na Chamada Pública nº 06/2020 Processo nº **23475.000631/2020-08**, são oriundos da produção própria do participante descrito.

Nome do produtor/grupo: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORA – COPERJABORA

Número da DAP: SDW0581346500012606200254

Luzerna, 20 de JULHO de 2020.


Assinatura

05.813.465/0001-85
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE
JABORÁ - COPERJABORÁ
RODOVIA SC 355 KM 145,9
INTERIOR - CEP 89677-000
JABORÁ - SC



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna



Rua Vigário Frei João, 550
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – *Campus Luzerna*

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE
DO LIMITE INDIVIDUAL DAS VENDAS DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS**

Processo Administrativo: 23475.000631/2020-08

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO LIMITE INDIVIDUAL
DAS VENDAS DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS**

Eu, ESTÊVÃO FERRARI representante da Cooperativa/Associação COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE JABORA - COPERJABORA, com CNPJ nº 05.813.465/0001-85

e DAP Jurídica nº SDW0581346500012606200254, sediada ROD SC 355, KM 145,9 – INTERIOR, JABORA - SANTA CATARINA, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) ESTÊVÃO FERRARI, portador da Carteira de Identidade nº 4.954.603 firmado abaixo, declaro sob as penas da lei, para fins de participação na Chamada Pública nº 06/2020 que me responsabilizo pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ANO CIVIL/ ENTIDADE EXECUTORA referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

Luzerna, 20 de JULHO de 2020

Assinatura do Representante Legal

Nome: ESTÊVÃO FERRARI

CPF: 060.415.799-12

05.813.465/0001-85

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE

JABORÁ - COPERJABORÁ

RODOVIA SC 355 KM 145,9

INTERIOR - CEP 89677-000

JABORÁ - SC



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João, 550
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SC

CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTO

Certifico que está devidamente registrado neste Ministério sob o Nº.: SC 000954-7.000001

O Produto:	SUCO DE UVA INTEGRAL TINTO				
De Marca Comercial:	FERRARI BORDÔ, QUESTO SI BORDÔ				
De Solicitação Eletrônica:	00052122/2018				
De propriedade do Estabelecimento:	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORA				
CPF/CNPJ Nº.	05.813.465/0001-85				
Localizado a:	M Jaborá 921 Linha Jaborazinho				
Bairro:		Município:	Jaborá	UF:	SC

Concedido em: 10/09/2018

VALIDO ATÉ: 10/09/2028

Renovado em:

Documento gerado eletronicamente, em 09/01/2020, às 12:54, conforme horário oficial de

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE8CC8-Y6Z9-M4MS-OJAV

Página 1 / 1



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/SC

CERTIFICADO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO

Certifico que está devidamente registrado neste Ministério sob o Nº.: SC 000954-7

O estabelecimento:	COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORA - COPERJABORA		
De Solicitação Eletrônica Nº.	00021321/2016		
CPF/CNPJ Nº	05.813.465/0001-85	Nº DAP:	sdw058134650012505181050
Localizado a:	M Jaborá, Nº Nº 921, Linha Jaborazinho.		
Bairro:		Município:	Jaborá
UF:	SC	CEP:	89677-000

Atividade	Classificação	Característica Adicional	Denominações	Classificação Concedida em
VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO	ENGARRAFADOR OU ENVASADOR	NÃO FERMENTADO NÃO ALCOÓLICO	SUCO OU SUMO	28/08/2018
VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO	PRODUTOR OU ELABORADOR	NÃO FERMENTADO NÃO ALCOÓLICO	SUCO OU SUMO	28/08/2018

Concedido em: 28/08/2018

VALIDO ATÉ: 28/08/2028

Renovado em:

Florianópolis-SC, 07 de Janeiro de 2020 , 16:41: